

Parte III:

Programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa



Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

Figura 6. Países (em destaque) nos quais o português é a língua oficial



Fonte: Elaboração própria.

A OEI tem duas línguas oficiais, espanhol e português, nas quais atua interna e externamente, desenvolvendo assim seu trabalho em línguas que representam em conjunto uma das maiores comunidades linguísticas globais. Além disso, a Organização apoia e promove as centenas de línguas nativas da região Ibero-americana, um símbolo da sua história, diversidade e cultura.

Marco de Ação

O português é o 4º idioma mais falado no mundo, o 3º mais falado no hemisfério ocidental e o mais falado no hemisfério sul do planeta. Atualmente, tal idioma é falado por mais de 263 milhões de pessoas em todo o mundo, distribuídas em quatro continentes: África, América do Sul, Ásia e Europa. É a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Além disso, tem estatuto de língua oficial em algumas regiões, como a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China, e outras onde é falada por uma parte restrita da população, como o caso de Goa (um estado da Índia). Somados apenas

os quatro maiores países lusófonos, são mais de 250 milhões de pessoas.

A dispersão da língua em distintos continentes deve-se principalmente à política de expansão de Portugal, especialmente nos séculos XV e XVI, quando surgiu uma grande quantidade de colônias. Sendo assim, a língua da metrópole foi introduzida e logo se juntou com as culturas locais, formando uma diversidade de dialetos. Essas novas formas de falar o português fora da pátria mãe eram denominadas línguas crioulas de base portuguesa.

Conforme o documento *Perspectivas para o Século XXI*¹³ elaborado pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.), o português tem ganho falantes de forma contínua, desde o início do século XX.

A língua portuguesa, sendo pluricontinental e policêntrica, é falada e escrita de formas distintas de acordo com as histórias, patrimônios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, referências culturais e usos sociais diferentes. Todas as variantes devem, portanto, ser valorizadas. Ela não possui somente uma norma-padrão, sendo uma língua ampla, viva e pluriforme e que não é propriedade de ninguém. A língua portuguesa é de todos seus falantes, de diferentes nações e continentes: dos angolanos, brasileiros,



cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, santomenses, timorenses e de tantos outros.

De acordo com o *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (Reto, Machado e Esperança, 2016), o valor mais fundo da língua portuguesa reside na enorme riqueza da sua projeção, da sua variedade e policentrismo, da sua natureza viva e dinâmica. Outras dimensões de valor a considerar são o propriamente linguístico, o cultural e literário, o identitário, o comunicacional, o econômico e o estratégico.

Entretanto, a língua portuguesa não se limita geograficamente aos países que a consideram como língua oficial. Prolonga-se pelos territórios por onde vem ocorrendo as diásporas dos países lusófonos. Há mais de 5,3 milhões de pessoas dos países de língua portuguesa que vivem noutros países, espalhados por todo o mundo. Incluem-se nesse número tanto os que se deslocaram como os descendentes já nascidos nos países de destino, mas conservam a nacionalidade de origem. Brasil e Portugal são os dois países de maiores diásporas de língua portuguesa.

O português tem-se afirmado como língua oficial de trabalho de várias organizações internacionais de tipos e âmbitos de atuação variados. Em algumas dessas organizações a língua portuguesa é a língua oficial, em outras acumula esse estatuto com o de língua de trabalho. Ser língua oficial, no entanto, significa estar registrada enquanto língua oficial nos estatutos e regimentos, e poder ser utilizada em declarações orais e escritas.

Algumas Organizações Internacionais que têm o português como língua oficial e/ ou de trabalho:

- ◆ OEI – Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- ◆ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- ◆ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe;
- ◆ OEA – Organização dos Estados Americanos;
- ◆ ALADI – Associação Latino-Americana de Integração;
- ◆ NASUL – União de Nações Sul-Americanas;
- ◆ CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental;
- ◆ UA – União Africana;
- ◆ CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos;
- ◆ MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;

- ◆ UE – União Europeia;
- ◆ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- ◆ OMS – Organização Mundial da Saúde;
- ◆ ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico;
- ◆ OUA – Organização de Unidade Africana;
- ◆ SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;
- ◆ UL – União Latina; e
- ◆ UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental

O português é oriundo do latim vulgar, língua que os romanos inseriram em uma região ao norte da Península Ibérica, chamada de Lusitânia. A partir da invasão dos romanos na região, praticamente todos os povos começaram a usar o latim, salvo o povo basco. Nesse processo teve início a constituição do espanhol, do galego e do português.

O português conta com 29 mil quilômetros de fronteiras com outras línguas oficiais: o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o bahasa indonésio, o chinês, o guarani, dentre outras o que permite interessantes alianças geolinguísticas. Em sua essência é uma língua românica, ou seja, ibérico-românica, que deu origem também ao castelhano, catalão, italiano, francês, romeno e outras.

A difusão e o fortalecimento da língua portuguesa no espaço Ibero-americano ampliam as possibilidades de cooperação entre as Nações possibilitando o enriquecimento cultural, a diversidade linguística e o multiculturalismo.

A língua é o meio pelo qual os homens estabelecem relações de reciprocidade linguístico/culturais no intuito de, em diferentes contextos situacionais, construir relações interpessoais por meio de diferentes formas de comunicação e/ou linguagem.

O português e o espanhol, no seu conjunto, representam um grande valor por serem duas línguas que, pela sua afinidade, se entendem entre si: juntas configuram uma das maiores comunidades linguísticas, com cerca de 800 milhões de usuários.

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é potencializar o uso da língua portuguesa num modelo bilíngue junto com o espanhol na região Ibero-americana, ampliando os espaços políticos, educativos, culturais, convertendo a OEI numa organização essencialmente bilíngue e de referência na região.

Objetivo específico

O objetivo específico é ampliar os espaços de cooperação no campo da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, com a finalidade de trocar experiências de bilinguismo (português e espanhol) em escolas de fronteira, desenvolver programas de formação de professores e produzir materiais bilíngues para toda a região.

A iniciativa busca também promover o desenvolvimento de estratégias de cooperação com a CPLP para promover projetos colaborativos de difusão da língua portuguesa, potencializando dessa forma a cooperação bilateral e multilateral entre os países da região.

Linhas de Gerais de Ação

Desenvolvimento de ações coordenadas de intercâmbio e mobilidade nas áreas de educação e cultura para promover e valorizar a língua portuguesa e demais línguas da região.

Pretende-se colaborar com as áreas de educação e cultura dos países da região para desenvolvimento de espaços de discussão e difusão das línguas faladas nos países e divulgando a língua portuguesa como língua oficial do espaço Ibero-americano.

Promover o intercâmbio de experiências e mobilidade de profissionais da educação e da cultura para construir projetos colaborativos no tema das línguas da Ibero-América. A intercomunicação com pares, o trabalho em equipe, as redes de colaboração e trocas de ideias, a disseminação de propostas e resultados de investigação, os grupos de referência temática, são hoje condição essencial para o aperfeiçoamento de investigações científicas e avanço do conhecimento. O pesquisador não mais trabalha isolado, nem produz sozinho, ele deve estar conectado em redes de pesquisas e colaboração científica.

O intercâmbio científico tem um poder formativo extraordinário e se realiza não somente por meio de congressos e seminários científicos, mas também por vários mecanismos como estágios, professores visitantes, desenvolvimento de projetos interinstitucionais, participação em redes de pesquisadores em temas correlatos, participação em grupos de pesquisas e outros (Gatti, 2005).

Para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de educação e cultura, iniciativas de intercâmbio e mobilidade criam

possibilidades para fomentar interlocuções e formar grupos de referência temática no âmbito da região Ibero-americana. Constituir bases de trocas entre pesquisadores na mesma temática é fundamental para o desenvolvimento científico da região.

Nesse sentido, propõe-se promover alianças e redes de intercâmbio de universidades, professores e alunos de pós-graduação para desenvolverem projetos conjuntos no campo da língua portuguesa e demais línguas presentes no espaço Ibero-americano, de forma a reafirmar e valorizar a diversidade cultural e linguística da região, condição essencial para integração equitativa e solidária entre as nações.

Desenvolvimento de projetos em escolas nas áreas de fronteira do Brasil com países da América do Sul de língua espanhola e de Portugal com Espanha

Promover experiências de bilinguismo e interculturalidade em escolas situadas em cidades vizinhas em fronteiras do Brasil com países da América do Sul e em zonas fronteiriças entre Portugal e Espanha.

A educação que se pretende nessa iniciativa nas escolas de fronteira, implica o conhecimento, a valorização e a produção das culturas existentes, tendo por base práticas que caminhem para a interação e o diálogo entre os grupos envolvidos fazendo surgir novos conceitos de cultura, o reconhecimento das características próprias e o respeito mútuo. Além disso, se proporciona o conhecimento e o uso de mais uma língua, o que contribui para o aprimoramento de suas relações comunicativas, tendo em vista que esses alunos se encontram, em maior ou menor grau, expostos a situações de utilização de ambos os idiomas.

A iniciativa visa o desenvolvimento de um modelo de ensino comum nas escolas de fronteira, garantindo, assim, que alunos e professores tenham a oportunidade de se educar e se comunicar nas duas línguas a partir do desenvolvimento de um programa intercultural.

Para que o processo de sensibilização seja bem sucedido, é importante partir do conhecimento prévio dos alunos, das famílias e de suas realidades por parte dos professores do outro país. Prevê-se, assim, que as escolas desenvolvam uma sistemática de trabalho de sensibilização dos pais para o desenvolvimento de atitudes positivas frente ao bilinguismo e à interculturalidade.

Uma educação para as escolas de fronteira, nesse contexto, implica o conhecimento e a valorização das culturas envolvidas, tendo por base práticas de interculturalidade. Como efeito da interação e do diálogo entre os grupos envolvidos, têm-se, então, relações entre as culturas, o



reconhecimento das características próprias, o respeito mútuo e a valorização do diferente como diferente (e não como “melhor” ou “pior”).

Por interculturalidade podemos entender pelo menos dois tipos de fazeres diferentes:

1. O primeiro seria um **conjunto de práticas sociais ligadas a “estar com o outro”**, entendê-lo, trabalhar com ele, produzir sentido conjuntamente. Como em toda prática social, interculturalidade se vive na medida em que se produzem contatos qualificados com o outro, como por exemplo, nos planejamentos conjuntos dos professores dos dois países, nos projetos de aprendizagem em que interagem alunos brasileiros e argentinos, uruguaios, paraguaios, peruanos, colombianos ou bolivianos, cada grupo com sua maneira culturalmente diferente de olhar para os mesmos objetos de pesquisa, na participação em eventos próprios de cada país, como por exemplo, na ocasião em que pais e alunos de uma escola argentina participam de uma festa junina brasileira. Esta dimensão da interculturalidade é a dimensão das vivências, fundamental no campo dos conhecimentos atitudinais.

2. Entende-se interculturalidade também como **conhecimentos sobre o outro, sobre o outro país**, suas formas históricas de constituição e de organização, conhecimentos estes que precisam estar presentes na grade curricular dos projetos de aprendizagem planejados e executados nas escolas. São estes conhecimentos sobre o outro que possibilitarão, aos alunos, sentirem-se partícipes de histórias comuns, por exemplo, quando um estudante brasileiro consegue entender e apreciar o esforço sanmartiniano na guerra de independência da Argentina e a sua dimensão latino-americana. Nesta dimensão da interculturalidade incorporar-se-ão a história, a geografia, as dimensões literárias, artísticas, religiosas, etc. do outro país nos projetos de aprendizagem realizados conjuntamente de forma bilíngue. Esta é a dimensão informacional da interculturalidade.

Ademais, a educação pensada para as zonas de fronteira proporciona aos alunos das escolas do programa o conhecimento e o uso de mais uma língua, o que contribui para a qualidade da educação e para o aprimoramento de suas relações comunicativas, tendo em vista que esses alunos encontram-se, em maior ou menor grau, expostos a situações de utilização de ambos os idiomas.

Na fase inicial do projeto, as escolas participantes seguem os calendários e as práticas curriculares dos seus respectivos sistemas de ensino e há uma caminhada de médio prazo até que se possa pensar tanto em um modelo comum compartilhado quando em um calendário único para as

escolas que, assim, terão mais facilidade de planejamento conjunto do que no momento.

Este modelo comum não é a justaposição de dois currículos nacionais nas escolas envolvidas, mas uma série de acordos e negociações que os sistemas escolares envolvidos (escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, ministérios provinciais de educação, ministérios nacionais) realizam dentro de um quadro comum estabelecido, num primeiro momento, nas Reuniões Técnicas Bilaterais e pelos trabalhos da Comissão Curricular do Programa, instituída pelos países participantes. A Comissão Curricular planeja o texto curricular básico de referência.

Estabelecido o quadro curricular de referência do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira, cada sistema escolar e cada escola participante elaborará, de forma mais precisa, seu plano político-pedagógico (PPP) /projeto educativo institucional (PEI) e, conseqüentemente, suas rotinas e estratégias de trabalho. Este marco de funcionamento está, em muitos aspectos, neste momento, estabelecido, de fato, pelas práticas docentes e de gestão em curso e, com aval das reuniões técnicas bilaterais periódicas. Nesse sentido, essas práticas devem gerar uma base curricular comum da qual todos os profissionais e instituições envolvidas são partícipes, e que será sistematizada pela Comissão Curricular do Programa.

A proposta é iniciar com a primeira série do ensino fundamental ou 1º ano da “*Educación General Básica*” (EGB) /Ensino Fundamental de docente da ‘escola-espelho’ do outro país, falante da segunda língua, em um determinado número de horas semanais. A projeção pretendida é de que a cada ano se ampliem o número de turmas envolvidas e que se avance para a próxima ou próximas séries, conforme as possibilidades concretas dos sistemas escolares, permitindo aos alunos também o avanço das suas experiências na segunda língua e na familiarização com a cultura e as informações referentes ao outro país.

Dessa forma, inicia-se a exposição dos alunos à segunda língua a partir mesmo da sua chegada no ensino fundamental, quando suas disposições e capacidades para o aprendizado de línguas são maiores do que em idade mais avançada. Isso não impede que futuramente também as crianças da educação infantil sejam envolvidas no ensino bilíngue e intercultural de maneira sistemática, ação que já vem ocorrendo em algumas escolas argentinas, com quadro próprio de professores, como é o caso da Escola Bilíngue N° 1 de Bernardo de Irigoyen.

Outro aspecto importante do programa é o intercâmbio docente a partir da disponibilização de quadros já formados em ambos os países e que atuam nas escolas envolvidas. A unidade básica de trabalho, portanto, é o par de “escolas-espelho”, que atuam juntas formando uma unidade operacional

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

e somando seus esforços na construção da educação bilíngue e intercultural. Esta forma permite aos docentes dos países envolvidos vivenciarem eles mesmos, na sua atuação e nas suas rotinas semanais, práticas de bilinguismo e de interculturalidade semelhantes às que querem construir com os alunos, na medida em que se expõem à vivência com seus colegas do outro país e com as crianças das várias séries com as quais atuam.

Igualmente importantes são as demandas por maior intercâmbio dos alunos das duas escolas-espelho, dada o movimento positivo que o “cruce” de professoras tem provocado nas escolas, que possibilitou o despertar da curiosidade das crianças sobre o outro país.

O programa é constituído por uma coordenação em cada um dos Ministérios de educação dos países participantes, por coordenadores locais das redes gestoras e por coordenadores em cada escola. Estas equipes participam do planejamento conjunto das escolas-espelho, propiciam discussões sobre didática das línguas e sobre o trabalho com projetos de aprendizagem para a escola, assistem periodicamente a algumas aulas para colaborar no aprimoramento da ação docente das professoras, organizam a relatoria do programa e ajudam a manter as comunicações entre todas as instâncias da organização do trabalho.

Esse projeto já teve uma experiência no âmbito do MERCOSUL a partir de 2005 e foi interrompido nos últimos anos. Avaliações apontam que tiveram pontos positivos que merecem ser redimensionados e redesenhados para que possam expandir e promover o intercâmbio entre alunos e professores na região. Neste sentido, é preciso destacar que o projeto visa que os alunos participantes da experiência se transformem em cidadãos ativos para converter a fronteira em um espaço democrático de cooperação.

No caso das regiões fronteiriças hispano-portuguesas, parte-se de experiências prévias a que este programa trará conhecimento, boas práticas, um desenvolvimento e uma projeção Ibero-americana.

Um cidadão sensível à interculturalidade que, ao longo do seu percurso escolar, tenha experimentado diferentes situações de contato com a outra cultura, permitindo-lhe gerar critérios amplos e tolerantes perante a diversidade. Além disso, o aluno poderá adquirir domínio suficiente das línguas portuguesa e espanhola para interagir com seus pares em contextos previsíveis de intercâmbio linguístico. Ao trabalho intercultural e de sensibilização linguística realizado nos primeiros anos de escolaridade, soma-se, nos últimos anos, um trabalho mais sistemático que permita aos alunos atuar de forma plena em contextos que demandem a utilização de práticas sociais de compreensão e produção nas duas línguas.

Sugere-se, portanto, resguardando o conceito de cidades-gêmeas, para fins de implementação piloto de uma nova fase do projeto, priorizar um conjunto de cidades que facilitem o processo de trânsito de professores e a cooperação pedagógica entre as escolas participantes de ambos os lados da fronteira. A seleção das cidades e escolas deverá ser embasada por acordo bilateral envolvendo os governos de ambos os países, incluindo suas respectivas chancelarias e Ministérios da Educação, e possíveis agências de apoio ao projeto.

Desse modo, foram levantadas regiões de fronteira seca, em que as cidades possuem intensa atividade de intercâmbio de pessoas e serviços, e, em alguns casos, situações de quase conurbação na região fronteiriça. A exceção a esta regra foi a região da tríplice fronteira fluvial entre Brasil-Argentina-Paraguai, onde o intenso intercâmbio de pessoas e serviços entre as cidades médias localizadas nessa região constitui uma oportunidade promissora para a implementação do projeto local. Assim, as cidades sugeridas para participarem do piloto são:

Fronteira Brasil-Uruguai:

Chuí-Chuy
Livramento-Rivera

Fronteira Brasil-Argentina:

Bernardo de Irigoyen-Dionísio Cerqueira-Barracão

Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai:

Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu-Ciudad del Este

Fronteira Brasil-Paraguai:

Mundo Novo-Guaíra-Salto del Guairá
Paranhos-Ype Jhu
Coronel Sapucaia-Capitán Bado
Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

Fronteira Brasil-Bolívia:

Corumbá-Puerto Suarez
Guajara-Mirim-Guayaramerin

Fronteira Brasil-Colômbia:

Tabatinga-Letícia

Fronteira Brasil-Peru:

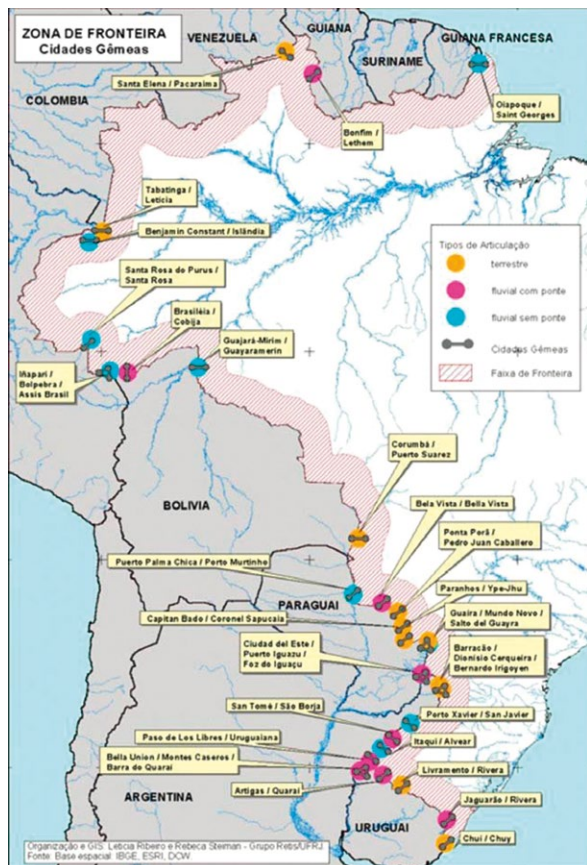
Benjamin Constant-Islândia

Fronteira Portugal-Espanha:

Em avaliação



Figura 8. Mapa das cidades fronteiriças do Brasil com países da América do Sul



Fonte: Steinmann, 2002

É uma experiência que tem proporcionado às comunidades, às escolas envolvidas e aos Ministérios da Educação de ambos os países a oportunidade de vivenciar relações de interculturalidade e a desenvolver rotinas de trabalho bilíngues, com o uso do português e do espanhol, experiência fundamental para os objetivos políticos e culturais dos países participantes.

Produção de materiais e documentos técnicos bilíngues no âmbito da OEI

Nos espaços de cooperação internacional dedicados por essência ao diálogo e à articulação, os desafios ligados às línguas de comunicação são consideráveis.

A Organização de Estados Ibero-americanos tem em seu estatuto como línguas oficiais o português e o espanhol. Assim a comunicação, o diálogo e a produção de materiais e documentos nos idiomas oficiais é uma importante e necessária estratégia para reafirmar a relevância da diversidade linguística como fator de democratização das relações internacionais.

A consideração pelo multilinguismo num contexto de cooperação constitui uma defesa contra a hegemonia e predominância de uma cultura, ampliando os espaços de entendimento e promovendo a interculturalidade necessária à democracia entre as nações.

Numa Organização Internacional cada país membro dispõe dos mesmos direitos e deveres, portanto o acesso à informação e suas contribuições devem ser realizadas nas línguas oficiais. Isso representa a equidade e o respeito às identidades e culturas de cada país. A escolha da língua de comunicação pode afetar a capacidade de se expressar, de se fazer compreender e de defender eficazmente os seus pontos de vista e intenções e conseqüentemente, estabelecer um diálogo de qualidade.

A finalidade é restabelecer um equilíbrio dinâmico entre as línguas oficiais, adotando no cotidiano dos trabalhos da organização e nas dinâmicas de trabalho de modo a enriquecer e fortalecer a riqueza da diversidade cultural.

Para assegurar a democratização das línguas oficiais, a OEI deverá preparar os materiais para as reuniões, documentos oficiais e relatórios nas duas línguas: português e espanhol, bem como, se for necessário, utilizar intérpretes e tradutores para facilitar o entendimento dos debates e discussões. Os sites de internet da Organização e materiais de divulgação também devem, progressivamente, serem apresentados nos dois idiomas.

A finalidade é que a OEI seja de fato uma Organização bilíngue que valoriza e respeita os dois idiomas oficiais numa mesma simetria.

Desenvolvimento Profissional de Professores

Pretende-se promover junto aos ministérios de Educação com o envolvimento de universidades e instituições formadoras nos países iniciativas de formação de professores na língua portuguesa, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da língua portuguesa como área de conhecimento no currículo escolar, bem como aprimorar as práticas pedagógicas adotadas na formação de modo a evitar conteúdos gramaticais fragmentados e descontextualizados. É necessário proporcionar um ensino produtivo

Parte III: Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa

que possa garantir um domínio efetivo da linguagem que se processam nos ambientes sociointeracionais dos quais participa.

É ainda importante enfatizar que a formação de professores deve estar alinhada com os objetivos do ensino da língua portuguesa de cada país, de modo a garantir o desenvolvimento da competência comunicativa dos indivíduos, no sentido de garantir o domínio da leitura, da escrita e da fala em situações comunicativas diversificadas, bem como a compreensão da realidade social, histórica e estrutural da linguagem.

Outro aspecto relevante a considerar é que a língua portuguesa como se caracteriza como língua policêntrica e pluricontinental, que se realiza em diversas variedades linguísticas, e a formação de professores deve levar-se em conta processos diversificados e próprios de cada país. O ensino do português como língua materna, como segunda língua, como língua de herança e como língua estrangeira exigem metodologias e estratégias diferentes e apropriadas a cada realidade.

A OEI poderá colaborar com diversos órgãos de formação de professores para o ensino do português, participando de rede regional de formação para o ensino do português, identificando boas práticas e experiências de êxito para serem estimuladas e disseminadas na região.

Colaboração para a certificação de proficiência da língua portuguesa

Eno mundo global em que vivemos o conhecimento de línguas é uma necessidade essencial e, portanto, a expansão e ampliação das possibilidades de certificação das aprendizagens e proficiência da língua constitui-se em importante estratégia entre os países. O reconhecimento e a acreditação das competências comunicativas dos alunos em língua portuguesa, independente do país onde residem facilitará a mobilidade acadêmica, a atuação profissional e científica, bem como contribuirá para adquirir a nacionalidade.

A OEI poderá por meio de sua ampla presença nos países da região Ibero-americana e com articulação estreita com o Brasil e Portugal contribuir para ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de certificação de proficiência da língua portuguesa para estrangeiros de modo a contribuir para sua difusão e fortalecimento.

A intenção é ainda poder colaborar com as Agências e Instituições encarregadas nos países (Portugal e Brasil)

de realizarem os processos de certificação de proficiência da língua portuguesa, o CELPE-Bras brasileiro e o Sistema CAPLE português, de Portugal.

Organização regular de Congresso Internacional sobre Espanhol e Português

A região Ibero-americana caracteriza-se por duas línguas com origem comum e as mais próximas das línguas latinas, o que facilita a aprendizagem e a intercompreensão. Trata-se de duas línguas com grande projeção internacional o que decorre das suas comunidades, representando, em conjunto, 800 milhões de falantes.

Importa desenvolver estratégias específicas que permitam valorizar esta proximidade que é também cultural, com efeitos positivos na ciência, na inovação e no desenvolvimento. Propõe-se, assim, a organização regular de Congresso Internacional sobre as duas línguas que sirva também para traçar um Plano de Ação para o seu reforço na comunidade Ibero-americana e internacionalização, projetando-se a sua realização pela primeira vez em 2019.

O Congresso reunirá acadêmicos, catedráticos, políticos e representantes das áreas de cultura e de ambas as línguas para debater e refletir sobre a importância estratégica global do desenvolvimento do bilinguismo na região, estratégias e metodologias de ensino, a presença do português e do espanhol no mundo da ciência, da economia, da cultura, do espaço cibernético e da divulgação científica e cultural. Esta ação poderia inserir-se nas comemorações da rota magalhânica que se pretende tenha particular enfoque no conhecimento e cultura com o seguinte título:

IBEROAMÉRICA:
una comunidad, dos lenguas globales

IBERO-AMÉRICA:
uma comunidade, duas línguas globais

O primeiro Congresso servirá para estabelecer o Estado da Arte nas duas línguas nas seguintes áreas: (1) Projeção internacional; (2) Bilinguismo, compreensão mútua, tradução; (3) Certificação de competências; (4) Ensino e formação de professores.

Aproveitando o reconhecimento da OEI como Observadora Associada da CPLP, é importante adicionar como parceiro o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).